

(Intervenção Renata Correia Botelho, GPPS)

Sra. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Permitam-me, antes de mais, tratando-se da minha primeira intervenção neste Plenário, saudar todos os presentes, na viva aspiração de que consigamos desenvolver, concertadamente e num período tão sensível, um trabalho profícuo em benefício dos Açores.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Desengane-se quem ouse defender que a Cultura não deve passar, na ação governativa, de um tópico de circunstância. Desapontem-se aqueles que, reféns passivos dos *ratings*, não esperam encontrar na Cultura mais do que um capricho ou um ornamento.

Se, como escreve Luiza Neto Jorge, «o poema ensina a cair», a Cultura, toda ela, das representações mais eruditas às mais profundas raízes de expressão popular, poderá ser um dos principais garantes de uma queda menos desamparada e, sobretudo, a esperança numa ascensão consciente e crítica. Desde logo porque é a Cultura que nos constitui, quer na nossa

individualidade, quer como pertença a um vasto tecido multicultural. É, pois, sabendo exatamente quem somos e respeitando infatigavelmente o Outro, nesta confluência enriquecedora entre identidade e alteridade culturais, que seremos capazes de enfrentar, ou de afrontar, estes tempos de intensa crise. É tomando consciência plena do potencial económico que a Cultura encerra que seremos capazes de a inscrever nos pilares da retoma e do crescimento. É assumindo corajosamente a Cultura como propulsora do desenvolvimento sustentável de um povo que seremos capazes de a encarar enquanto contributo decisivo para uma sociedade mais justa e mais inclusiva.

Nunca, pois, a Cultura, na sua íntima ligação aos valores da liberdade, do respeito e da inovação – e, em simultâneo, da memória que nos consubstancia – nunca, dizia eu, a Cultura terá assumido um papel tão estratégico, tão fundamental, como no duríssimo contexto político, social e económico que atravessamos.

A intervenção do Estado revela-se decisiva nesta dinâmica.

Ao Estado competem, em simultâneo, responsabilidades estruturais e responsabilidades estratégicas. O XI Governo Regional, nesta proposta de Programa que agora analisamos, e como havia apresentado já no seu compromisso eleitoral, pretende, na senda do que tem sido desenvolvido em Legislaturas anteriores, chamar a si umas e outras, com a absoluta consciência de que a especificidade das nossas ilhas, se pode ser superficialmente considerada uma dificuldade pela sua dispersão geográfica, concorre, acima de tudo, para revestir o nosso tecido cultural de uma notável e singular riqueza.

Se não, vejamos:

Ao nível das responsabilidades estruturais, os Açores encontram-se dotados de uma Rede Regional de Museus, guardiões da nossa memória coletiva e mostruários eloquentes da nossa história, bem como de três Bibliotecas e Arquivos Regionais, que oferecem uma base bibliográfica valiosíssima, onde o espólio da nossa matéria cultural e a ponte para outras culturas se encontram ao acesso de todos. Para além disso, muitos têm sido os esforços desenvolvidos na construção e beneficiação de outras estruturas, como sedes de coletividades locais, bibliotecas de iniciativa municipal, espaços museológicos, centros culturais, etc.

Porém, como nem tudo foi feito e largo é ainda o caminho a trilhar, há que continuar, ao nível do Património, a implementação de políticas de preservação e divulgação do nosso saber cultural e da nossa história, quer pela recuperação de móveis e imóveis com valor patrimonial significativo, quer pela revisão da legislação, quer ainda pela disponibilização *online* dos principais conteúdos culturais das nossas ilhas. Fundamental será também fomentar a inclusão das nossas estruturas e do nosso saber nos roteiros turísticos daqueles que nos visitam, potenciando assim o designado Turismo Cultural.

No que concerne às responsabilidades estratégicas, há que incentivar a criação artística, apoiando de diversas formas (e não apenas pelo tradicional modelo de atribuição de subsídios) os criadores das várias áreas, sejam elas de cariz mais erudito ou mais popular, da poesia à ficção – especialmente quando encontrem as suas raízes na açorianidade –, da dança contemporânea ao folclore, do teatro literário ao teatro popular, da

música clássica às bandas filarmónicas. Para tal, e como o Governo bem propõe, será pertinente rever e aperfeiçoar os atuais programas de apoio financeiro, agilizando-os e comprometendo-os com critérios de qualidade devidamente definidos, bem como rever e criar sistemas de apoio à iniciativa privada e proporcionar aos criadores a possibilidade de aderirem a programas de mobilidade cultural, que lhes concedam acesso a vivências interculturais e venham a revelar-se mais-valias, levando longe o nome dos Açores e trazendo novos saberes para a região.

Porém, para além destas atividades criativas “nucleares”, há que saber estimular igualmente, como o Governo Regional preconiza, a consolidação das chamadas “indústrias culturais” (editoras literárias, edição e distribuição de música, cinema, rádio, televisão e vídeo) e das “indústrias criativas” (arquitetura, moda, design e publicidade, serviços de software), potenciando a emergência de novos produtos culturais e fomentando a criatividade produtiva, com vista a reforçar a Cultura enquanto vetor de desenvolvimento de produtos e serviços inovadores e competitivos, que convirjam para o aumento das taxas de empregabilidade e para a melhoria económica. O mercado cultural, se adequadamente valorizado, tem tanto a oferecer à economia açoriana como outros mercados, devendo alistar-se também, como quaisquer outros, nas lógicas subjacentes ao empreendedorismo.

Entendamos, portanto, sem reservas, a cadeia produtiva que a Cultura propicia: criadores motivados originam produtos culturais que, pelas necessidades específicas da sua conceção, se multiplicam em termos económicos, apelando ao trabalho em várias frentes e gerando riqueza efetiva. Por conseguinte, produtos culturais fomentam atividades culturais,

como a organização de eventos, que solicitam, para além de agentes e produtores, uma ampla diversidade de comércio e serviços. Ora, facilmente compreendemos, então, que todos estes intervenientes, devidamente encorajados, criam valores consideráveis para a sociedade, caminhando ao encontro de públicos crescentemente exigentes e honrando assim o nosso passado, valorizando este presente que nos é dado viver, e projetando a região num futuro global, que começa neste instante e deve transcender as nossas fronteiras geográficas.

Transcender fronteiras, ou saber integrá-las, é também, como tem vindo a ser prática, fazer circular eventos por todas as ilhas, apoiando a sua realização, rentabilizando recursos e equipamentos e descentralizando, desta forma, a oferta de bens culturais. É também saber trazer até nós criadores e eventos que nos proporcionem importantes momentos de fruição e, porque não?, de aprendizagem mútua.

Não menos estratégica tem de ser a convergência das políticas culturais com as educativas, como está expresso nesta Proposta de Programa. Públicos rigorosos na sua apreciação são um valor acrescentado para qualquer sociedade, e a sua formação – a formação do seu gosto e da sua exigência – começa na mais tenra idade. Constitui também um instrumento fundamental da democratização da Cultura, no que concerne à produção e ao consumo. A Cultura é feita por todos e para todos. Não é propriedade de elites intelectuais nem dispõe de destinatários estanques. A Cultura é o que de mais democraticamente se inscreve na nossa condição humana e, como tal, deve ser um bem de livre acesso, acima de constrangimentos de ordem social ou económica. Que melhor veículo, pois, para assegurar a sua

circulação, do que o ensino, seja promovendo uma formação artística adequada, seja trabalhando no sentido da inclusão social pela arte?

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Cultura é uma arma. Uma sábia arma ao serviço dos povos, uma arma de firme combate à fúria da tecnocracia, à ditadura asfixiante do lucro e do capital.

Hoje, mais do que nunca, lutar pela Cultura é lutar pela Humanidade. É lutar por um mundo mais justo, onde mulheres e homens saibam habitar este momento que o calendário lhes concede, e gostem de o habitar, podendo criar e fruir com qualidade, em comunhão consigo e com os outros, em sintonia com a terra, com os animais, com as florestas e os mares, com a pluralidade que os abraça e os torna seres plenos. Aos açorianos coube, além do mais, a felicidade de usufruir de tudo isto ao alcance da mão, e de poder verter estes privilégios para o tecido criativo. Façamos, pois, dos Açores, mesmo com os constrangimentos que esta dramática conjuntura financeira nos impõe, um território de Cultura; e da Cultura, com os estímulos adequados a que o XI Governo Regional se propõe, façamos um terreno de prosperidade, dando prova de que criação, produção, oferta e consumo devem ser – é imperioso que sejam – um direito de todos, e podem configurar – tudo têm para configurar – um evidente proveito para a região.

Lutar pela Cultura hoje é lutar pelas crianças e pelo seu direito inalienável à felicidade, é dotá-las das ferramentas necessárias para que cresçam num

mundo íntegro e construam um futuro de sólidos alicerces, onde participem como cidadãos judiciosos.

Porque, como lapidarmente diz o historiador Victor de Sá, e cito de cor para terminar, «Sem Cultura, o Homem é um vassalo, não um cidadão.»

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 21 de Novembro de 2012